

A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo e a consequente reforma de ensino, resultante da mesma, têm suscitado um debate vivo e aberto em todos os órgãos da comunicação social sobre o que se pretende vingar a ser a «NOVA ESCOLA». Parece consensual que ela não pode ser mais o que tem sido até agora, o espaço de transmissão de saberes feitos desligados das vivências de quantos a frequentam, oportunidade de sucesso (discutível) para uns e de insucesso (também discutível) para um número que cresce à medida que os níveis de escolaridade vão aumentando. A «NOVA ESCOLA» tem de ser, como todos querem, uma escola de sucesso.



A reforma

em debate

Ao longo deste construtivo debate tem sido preocupação de uns acentuar a vertente cultural da escola e de outros a sua função mais pragmática de «preparação para a vida», entendida quase sempre como preparação para uma profissão. Neste sentido, atribuem-se à escola funções de «preparação para o trabalho», «formação profissional», «formação tecnológica», ignorando muitas vezes o contexto específico e preponderante da escolaridade obrigatória que decorre entre os 6 e os 15 anos de idade.

É exactamente porque nos parece perigoso centrar o debate, ao nível da escola obrigatória, em questões como a preparação para o trabalho, sem precisar claramente o que, a este nível, se pretende significar com tal expressão, que propomos uma reflexão sobre as três dimensões da educação que consideramos básicas num nível de escolaridade que se quer básico:

— A escola como espaço de cultura e de permuta das subculturas dos vários estratos sociais de uma comunidade, com vista ao enriquecimento dessa mesma comunidade;

— A escola como espaço de formação do Homem total, entendida como responsável pelo desenvolvimento das potencialidades corpo-espírito ou físico-intelectuais do Homem;

— A escola como eixo da construção da «cidade educativa», vivenciando-a através das relações que desenvolve, dentro de si, entre todos os intervenientes no processo educativo e projectando-se para o meio onde atrai e compromete toda a comunidade local.

• Escola como espaço de cultura

Torna-se um imperativo da escola, que se quer de todos e para todos, o ensino e a aprendizagem, através da experiência, da democracia. Como a escola é também um lugar de encontro de diferentes culturas e de diferentes vivências, julgamos que a primeira grande experiência a propor aos alunos é a partilha dos saberes de cada um, daquilo a que hoje vulgarmente chamamos de capitais culturais ou, no dizer de Bernstein (1979), das contextualizações primárias que se operam na família e no meio social e que constituem a sua cultura de base, com os saberes e valores próprios de cada grupo.

Resulta daqui, em primeiro lugar, a necessidade de ser a escola o espaço de reformulação do conceito de cultura, alargando-o e enriquecendo-o, valorizando não só os saberes «nobres» da cultura tradicional burguesa, teórico-estético-formais, mas também, e fundamentalmente, tudo o que está relacionado com as vivências do «saber-fazer» empírico que envolvem o Homem total na sua dimensão corpo-espírito, porque todo o «fazer» material compromete o intelecto e tanto mais quanto mais educado e consciente for o Homem.

Nesta perspectiva, podemos considerar que não há culturas superiores ou inferiores, mas que, neste momento, há culturas diferentes, com valores diferentes, que devem ser assumidas de igual modo pela escola e, por efeito de osmose, transformadas numa cultura mais rica, partilhada por todos e conforme aos ideais democráticos que criaram a escola unificada.

Efectivamente, a educação de hoje não pode dissociar o «saber» do «saber-fazer», a teoria da prática, o intelectual do manual; não pode valorizar aquele em detrimento deste porque, em última análise, é a prática que justifica a teoria, sendo aquela o complemento directo desta. A educação de hoje não pode valorizar o cérebro mais do que a mão, porque foi a mão que permitiu ao Homem manifestar as potencialidades do cérebro, tornando-o mais Homem. É através da

mão, fundamentalmente, que o Homem continua a manifestar a sua diferença em relação aos outros seres. E a mão que revela o poder criativo do Homem dando forma a todas as manifestações do espírito: liberta o pensamento através da escrita, dá vida à obra de arte, transforma a matéria bruta em objectos úteis ao Homem.

É preciso que a escola valorize os fazeres utilitários tanto como o trabalho intelectual, porque o Homem só encontra o seu equilíbrio quando — pode — e é capaz de utilizar o intelecto e a mão, isto é, quando é simultaneamente espírito e corpo ou corpo-espírito.

A escola unificada não pode ser a licenciada do ensino para todos ou a imposição a todos de uma cultura assente na transmissão pura e simples dos saberes teórico-formais, desligados da prática e da produção utilitária de bens, que constituem as vivências da maioria dos alunos que a frequentam.

• Escola como espaço de formação do Homem total

Mas, a adopção de um novo conceito de cultura pela escola tem também que resistir à tentação pragmatista de orientar a educação no sentido único de «preparação para o trabalho», reduzindo a «preparação para a vida», propugnada pela «Lei de Bases», ou mesmo a «preparação para a vida prática» (expressão também aplicada em alguns documentos) a esse objectivo imediatista, quanto a nós fora do âmbito da escolaridade obrigatória. A este nível, as preocupações e os objectivos da escola devem estar orientados no sentido da formação do Homem total que engloba o «saber» teórico, o «saber-fazer» prático, o «saber-ser» e também o «saber tornar-se», que é, afinal, o ser capaz de «ser» em qualquer momento da grande mutação que estamos permanentemente sofrendo e provocando. Enfim, a cultura da escola tem de reflectir-se na educação através de um compromisso dialéctico entre teoria e prática, criar e fazer, pensar e realizar.

Para isso, e no contexto da escolaridade obrigatória, «preparar para o trabalho» significará «ensinar» (do latim IN+SIGNARE, que significa interiorizar) o valor de todo o trabalho humano, colocando a criança, o adolescente, o jovem perante situações de trabalho real nas fábricas, nos escritórios, nas universidades, no campo, enfim, onde quer que o Homem esteja contribuindo com o seu esforço físico e intelectual para o bem-estar de todos os homens. TODOS DEPENDEMOS DE TODOS. Este é um primeiro «ensinamento» que a escola deve impôr-se como meta a atingir na educação. Analisar crítica e construtivamente cada um dos «fazeres» é «ensinar» o valor de todo o trabalho humano, é ajudar a desmistificar as «boas» e as «más» profissões, é preparar os jovens para as opções que farão um dia e é também desenvolver neles o espírito de solidariedade através da partilha consciente do trabalho de cada um; parece-nos dever ser este o sentido de uma «preparação para o trabalho» ao nível da escola básica.

Até agora a escola tem-se limitado, no que respeita ao trabalho manual, a adoptar práticas artesanais, relevando a perspectiva estética e não o valor intrínseco da actividade manual produtiva. Deste modo, a escola não só não prepara para o trabalho (no sentido em que o estamos a entender), como, implicitamente, desvaloriza o trabalho manual não assumindo uma atitude positiva e dignificadora do mesmo.

Na perspectiva (utópica?) de Illich (1971), o trabalho é sinónimo de desgraça e o Homem aceita o desemprego como «ociosidade» triste porque os valores que lhe inculcaram na escola o levaram a interiorizar a ideia de que «produzir coisas ou trabalhar é virtuoso e que o ócio é mau».

Que significado atribuir às afirmações de Illich? Cremos que ele se manifesta contra todo o trabalho que degrada o Homem e que não corresponde a um acto de liberdade e de criação. O trabalho que exige do Homem apenas esforço físico ou mecanização, executado em condições infra-humanas, dificilmente poderá ser aceite como acto criador ou libertador; antes o degrada perante ele próprio e perante os outros. É por isso que o Homem procura libertar-se desses trabalhos e estamos certos que com o progresso tecnológico o conseguirá. Mas, enquanto isso, a escola tem de «ensinar» a dignificação também deste trabalho e o valor do mesmo.

Quanto à formação tecnológica, parece-nos muito importante que a Escola a tenha também em atenção, já que é um imperativo da sociedade democrática aproximar os homens e a educação tem de ser congruente com as experiências da sociedade.

Também aqui o contacto com a tecnologia não deverá limitar-se a situações fictícias, desligadas da realidade, mas deve levar os jovens a contactar a complexidade do mundo tecnológico e a vivência de situações reais nas

empresas, nos centros de investigação, enfim, onde quer que seja possível e útil o contacto com a mesma.

E o «ócio» de que fala Illich?

O «ócio», quanto a nós, é todo o trabalho que liberta as potencialidades do Homem. Neste sentido, ócio será toda a actividade realizada num espaço de liberdade, subtraída à improvisação de regras externas ou ao controlo castrador da produção em massa que visa directamente o consumo e o lucro.

Cada vez mais o Homem terá condições de tempo para se dedicar ao ócio, cabendo à escola também educar para o ócio. É nesse sentido que a escola básica tem a responsabilidade de desenvolver em todos os jovens a sensibilidade e o gosto por todas as manifestações de cultura.

Depois, parece-nos que a escola deve também «ensinar» que numa sociedade em mudança nada é definitivo: nem o saber nem a profissão. Daí a necessidade da educação permanente e da capacidade de aprender a aprender e de «saber tornar-se em qualquer momento».

Como afirma a Fundação Europeia da Cultura (1975), a escolaridade básica obrigatória tenderá a alargar-se até aos 18/19 anos de idade, para permitir então a todos os jovens, efectivamente, a aquisição das condições básicas para as escolhas que terão de fazer; nesta idade os jovens escolherão a sua profissão, orientando-se para estudos superiores ou reformulando as suas opções.

A universidade deixará de ser o último degrau de uma caminhada que se iniciou numa idade imatura e passará a ser o local de aprofundamento do saber, onde se vai em qualquer momento. Será também um lugar de «ócio» porque deixará de estar comprometida apenas com a concessão de graus académicos, conducentes a uma profissão, e passará a ser procurada também em função de um saber gratuito, sem outro objectivo que não seja o da realização pessoal.

● Escola: «Formação do cidadão com vista à «cidade educativa»

No relatório da Comissão Internacional para o Desenvolvimento (1972), constituída no âmbito da UNESCO com o objectivo de realizar uma reflexão crítica das vias de solução para os grandes problemas suscitados pelo desenvolvimento da educação num mundo em transformação, é definida, como meta para a educação, a «formação do Homem», formação essa que tem de ser global e permanente, preparando o homem para ao longo de toda a sua vida «aprender a ser».

Defende-se, paralelamente, a exigência da democracia como «único meio de impedir que o homem se transforme num escravo da máquina». Assim sendo, a educação tem constantemente de recriar os seus objectivos na sociedade, apoiando-se nas suas bases tecnológicas, mas ao mesmo tempo humanistas, concebendo a realização do Homem total como sua finalidade.

Se aceitarmos este princípio, não podemos admitir que a simples expansão vertical e horizontal do ensino, permitindo o acesso à instrução de um maior número de alunos, resultará por si só no sucesso educativo. Na realidade, esta massificação do ensino tem servido mais para legitimar os rótulos «competência», dos alunos das classes mais favorecidas, e «incompetência», dos alunos provenientes dos meios populares, do que contribuir para o «crescimento» de cada um e, portanto, da sociedade.

Além disso, muitos daqueles que obtêm sucesso na escola chegam mais tarde à conclusão que o diploma obtido não é sinónimo de realização da actividade para que se qualificaram e sentem-se incapazes de procurar uma ocupação diferente.

Torna-se, pois, função de um sistema educativo não se ficar pela motivação instrução-emprego, mas conseguir despertar uma motivação natural e permanente do Homem para a aprendizagem do conhecimento e para a modificação que lhe permitirá adaptar-se à mobilidade científico-tecnológica.

É neste sentido que realçamos a importância da «educação recorrente», a que todos terão acesso, por alternância trabalho-formação, e que permitirá adaptação às novas exigências.

A escola não pode nem deve assumir sozinha as funções educativas da sociedade. As novas estratégias da educação devem prever a participação de todos os sectores: indústria; comércio; serviços; colectividades locais — e todas as outras instituições são co-responsáveis na construção da «cidade educativa».